



## Mudança no rito de MPs passa no Senado e vai para a Câmara

Pelo texto aprovado ontem, a Câmara passa a ter 80 dias para analisar medidas provisórias e o Senado, outros 30, restando 10 dias para que os deputados analisem eventuais emendas

O Plenário aprovou por unanimidade, ontem, em segundo turno, as novas regras de tramitação das medidas provisórias (MPs). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, de autoria do senador José Sarney, já seguiu para exame da Câmara dos Deputados.

A avaliação da maioria dos senadores é de que a nova legislação trará maior equilíbrio entre os Poderes. Os deputados analisarão um texto elaborado por Aécio Neves, relator da PEC na CCJ do Senado. Se aprovada sem alterações, a emenda será promulgada pelo Congresso. **3**

Plenário durante a sessão deliberativa que confirmou decisão aprovando mudança no rito das MPs

Ano Volpe/Senado Federal



Eunício Oliveira e Pedro Taques (D), autor do projeto, durante a reunião de ontem da CCJ

José Cruz/Senado Federal

## Mais rigor contra quadrilha formada para atacar juízes

CCJ aprova projeto que torna crime específico formar quadrilha para atentar contra

policial ou juiz que atue em investigação policial, processo penal ou administrativo. **7**

## CCJ adia para quarta decisão sobre financiamento público **6**



Paulo Bauer (3º a partir da esquerda), com representantes do TCU e do Conselho Nacional de Educação: investimentos federais no setor em 2009 foram de apenas 0,98% do PIB

Gerardo Magalhães/Senado Federal

## Estados pedem mais verbas da União para a educação

Reivindicação foi feita ontem, na CE, pelo representante do

Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). **8**

## Senado aprova salário-família para empregado doméstico **5**

## Aposentado a partir de 60 pode ficar isento de IR **4**

Luiz de Paula/Senado Federal



## Senadores valorizam a Marcha das Margaridas

Reivindicações do movimento das trabalhadoras rurais recebem apoio em Plenário. **2**

Marcha reuniu ontem 70 mil trabalhadoras rurais, que se concentraram diante do Congresso Nacional



Ministra se encontra com presidente José Sarney e acerta participação dos órgãos de comunicação da Casa na divulgação de anúncios destinados a conscientizar sociedade

# Senado vai apoiar campanha federal pela igualdade racial

O SENADO VAI aderir à campanha "Igualdade racial é pra valer" da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), informou ontem a ministra da pasta Luiza Bairros, depois de encontro com o presidente da Casa, José Sarney.

– Nossa intenção é começar com duas iniciativas simples, mas de bastante efeito. Em primeiro lugar, a utilização dos veículos de comunicação do Senado para a divulgação das peças publicitárias da nossa campanha. A segunda delas está relacionada à possibilidade de um convênio com o Instituto Legislativo Brasileiro para que nós possamos oferecer cursos para os gestores de igualdade racial em todo o Brasil – explicou a ministra.

De acordo com Luiza Bairros, o presidente do Senado se mostrou receptivo à proposta apresentada.

– Nós não esperávamos outra coisa. O senador tem tido ao longo de sua vida política uma



Ministra Luiza Bairros trouxe a Sarney detalhes da campanha institucional

ligação com essa questão racial – assinalou.

Lançada em março, a campanha "Igualdade racial é pra valer" convoca as instituições e a população para o combate ao racismo. A iniciativa é motivada pelo Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, instituído em 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

– A intenção é lançar um desafio às pessoas e instituições perguntando o que você tem feito para promover a igualdade racial? – ressaltou Luiza Bairros.

Na Presidência da República, José Sarney criou a Fundação Palmares, em 1988, nas comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura.

Vinculada ao Ministério da Cultura, a instituição – primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra – também tem a finalidade de formular e implantar políticas públicas que potencializem a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do país.

## Paim saúda Marcha das Margaridas

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a realização ontem da 4ª Marcha das Margaridas, movimento de trabalhadoras rurais coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Entre as reivindicações das mulheres, informou Paulo Paim, estão o reconhecimento social e político e a cidadania plena. Elas também pedem, disse o senador, desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

– Elas querem um Brasil sem pobreza, sem fome, sem preconceito e sem violência contra as mulheres.



Paim: bandeiras políticas

## Ana Amélia diz que violência é "doença social"

Em pronunciamento ontem, a senadora Ana Amélia (PP-RS) saudou a 4ª Marcha das Margaridas e disse que um dos maiores desafios que a mulher enfrenta hoje é a superação da violência física, uma "doença social", sobretudo aquela praticada dentro de casa.

A senadora lembrou que a agenda de reivindicações das manifestantes será encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Supremo Tribunal Federal.

Elas pedem a realização de diagnóstico da violência contra as mulheres no Brasil, com indicativo de medidas a serem adotadas que garantam o cumprimento com rigor da Lei Maria da Penha, incluindo a punição exemplar dos agressores e a criação de centros de referência e casas de abrigo para as vítimas.

## Ângela elogia a força do movimento

Ângela Portela (PT-RR) destacou a importância da Marcha das Margaridas, para ela, a "maior e mais abrangente mobilização das trabalhadoras rurais", que conseguiram atrair a atenção das autoridades e da sociedade para a situação das mulheres no campo.

Em sua quarta edição – as anteriores foram em 2000, 2003 e 2007 –, a marcha reuniu cerca de 70 mil trabalhadoras do campo.

A marcha ganhou este nome, explicou Ângela, em homenagem a Margarida Maria Alves, que presidiu o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) por quase dez anos até ser assassinada, em 1983, a mando de usineiros da região.

A sindicalista ficou conhecida pela luta em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, que usaram seu nome para batizar a marcha.

## Para Santiago, reivindicações são justas

Wilson Santiago (PMDB-PB) saudou as participantes da Marcha das Margaridas, ressaltou a atenção dada pelo governo ao movimento e disse que as reivindicações das mulheres do campo por políticas públicas específicas contribuem para que haja mais justiça.

O senador parabenizou todos que de uma ou outra forma estiveram envolvidos com o movimento, como organizadores e apoiadores, além daqueles que se comprometeram a dar andamento às políticas públicas em favor da mulher do campo, como autoridades do governo e integrantes do Congresso Nacional.



Santiago: mais justiça

## Brasil necessita de mais UTIs, afirma Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que a terapia intensiva no Brasil precisa ser mais discutida, tendo em vista que apenas 25% dos leitos destinados a esses atendimentos no país são públicos.

Segundo ele, isso obriga os profissionais que trabalham no setor de urgência a praticar o que no meio se chama de "esco-

lha de Sofia" – expressão retirada do filme de mesmo nome em que uma mãe tem que tomar uma decisão difícil envolvendo seus dois filhos – para escolher quem vai para a UTI.

– Isso é dramático, passa para o médico a condição de sentenciador, como se coubesse a ele escolher aqueles pacientes

que poderão ter mais chance de sobreviver, enquanto os outros ficam à mercê da própria sorte nos corredores abarrotados dos hospitais públicos do Brasil.

Davim, que é médico, disse ainda que a distribuição de leitos das UTIs não atende geograficamente às necessidades da população.

## Sérgio Souza: Wagner Rossi teve "postura ilibada" no ministério

Sérgio Souza (PMDB-PR) registrou em Plenário a demissão de Wagner Rossi do cargo de ministro da Agricultura. Na avaliação do senador, diante das denúncias de corrupção, Rossi entregou o cargo por entender que "o Brasil é muito maior que um ministério".

Para Souza, Rossi teve "postura ilibada" no ministério.

– Teve postura ainda maior no momento em que sofreu todos os bombardeios possíveis da oposição, da imprensa, e assim entendeu que não poderia colocar o governo em risco, pedindo sua demissão – afirmou.

O parlamentar também registrou as comemorações do



Para o senador, ex-ministro preferiu não colocar o governo em risco

Dia do Advogado, festejado em 11 de agosto, e lembrou que dia 19 o Senado fará sessão em lembrança do Dia do Maçom. Ele destacou o papel da Maçonaria e mencionou maçons destacados da história do Brasil e do mundo.

## Sarney saúda centenário de Mauro Mota

José Sarney (PMDB-AP) saudou o centenário de nascimento do jornalista e escritor Mauro Mota (1911-1984), nascido em Recife e integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele disse que era "quase

menino" em 1947, quando pensou em estudar Direito em Pernambuco. "Foi um período pequeno, mas importante pela oportunidade de ficar ligado a nomes que se tornaram fundamentais na literatura", lembrou.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h25 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Embraer

14h O período do expediente de hoje será destinado a homenagear a Embraer, que amanhã completa 42 anos.

### Presidência Sessão do Congresso Nacional

10h Sarney participa de sessão do Congresso na Câmara. Às 11h, recebe o empresário Jorge Gerda, o procurador-geral (RS) Eduardo de Lima Veiga e o procurador Mauro Henrique Renner. Às 12h, recebe Gilberto Kassab.

### CRA Pesca

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota projeto de lei que equipara a pesca à atividade agropecuária, principalmente no que diz respeito ao trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial, além de normas para o contrato de parceria entre as empresas e a pesca artesanal.

### CI Dnit

9h Reunião de hoje da Comissão de Infraestrutura será destinada a apreciação de mensagens da Presidência da República com indicação da nova diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

### CDH Defesa da mulher

9h Audiência pública sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial das Mulheres e da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

### CAS Drogas

10h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, da Comissão de Assuntos Sociais, se reúne hoje em audiência pública, cujo tema é o combate às drogas.

### CRE Embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores discute na reunião de hoje várias mensagens da Presidência da República designando novos embaixadores a representações diplomáticas do país no exterior.

### Rio+20 Mudanças climáticas

18h A subcomissão permanente que funciona no âmbito da CRE e acompanha a Conferência Rio+20 realiza audiência pública com a participação de Marcelo Varella, do Uniceub, Márcia Leuzinger, da UnB, e Solange Teles da Silva, da Universidade Mackenzie e da Universidade do Estado do Amazonas.

### Senado Conselho Pedagógico

10h O Senado instala hoje seu Conselho Pedagógico, que atuará junto à Comissão Diretora da Casa na formulação, monitoramento e avaliação da política de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos. Entre as atribuições, estão a elaboração do planejamento anual das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Senado e a implantação de convênios de capacitação e pesquisas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



## Frequência de sessões de homenagem no Plenário gera polêmica

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destinando o tempo dos oradores na hora do expediente da sessão de 22 de setembro, uma quinta-feira, à comemoração dos 86 anos da Academia de Belas Artes de São Paulo.

Na discussão da matéria, Aloysio Nunes (PSDB-SP) disse que não faria objeção à proposta, mas que passaria a questionar os requerimentos para realização de sessões de homenagens. Ele protestou contra “uma certa vulgarização” desse tipo de sessão no Senado.

De acordo com o senador, as sessões de homenagem ocorrem todas as semanas. Aloysio afirmou que, inicialmente, essas sessões eram realizadas somente às segundas-feiras, mas passaram a ocupar também outros dias da semana.

– Daqui para frente, vou objetar. Sessões solenes [sessões de homenagem], na segunda de manhã, vá lá. Mas nos dias em que os senadores estão aqui e usam a hora do expediente para discutir as questões nacionais, para dar o seu recado à população dos seus estados, ao país, não tem cabimento usarmos esse tempo para comemorações – afirmou.

Suplicy disse que Aloysio tem razão, e sugeriu que ele e o colega de bancada estadual encaminhem conjuntamente uma proposta de modificação do Regimento Interno para limitar o número de sessões de homenagens.

## Alvaro Dias: oposição obstruirá votação de créditos suplementares

Em nome da liderança do PSDB, o senador Alvaro Dias (PR) anunciou ontem em Plenário que os partidos de oposição obstruirão a votação de créditos suplementares destinados a vários ministérios, prevista para a sessão de hoje do Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, o protesto se deve ao grande número de vetos presidenciais pendentes de deliberação, incluindo os da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de matérias importantes envolvendo aposentados e *royalties* do petróleo.

Alvaro Dias lembrou que, além de vetos da presidente Dilma Rousseff, restam vetos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para apreciação do Congresso.

A pauta de votação inclui cinco projetos de lei do Congresso Nacional abrindo créditos suplementares para os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário e da Educação. Os créditos também são destinados às justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, à Presidência da República, ao Ministério Público da União e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Emenda constitucional que dá mais prazo para senadores analisarem medidas provisórias recebeu apoio unânime do Plenário. Maioria acredita que mudança garante maior equilíbrio entre os Poderes

# Senado aprova e envia à Câmara PEC que modifica o rito das MPs

O PLENÁRIO APROVOU por unanimidade, ontem, em segundo turno, as novas regras de tramitação das medidas provisórias (MPs). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), seguiu ontem mesmo para a Câmara dos Deputados.

Os deputados analisarão um texto elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eles vão ter de confirmar ou não as mudanças realizadas pelos senadores. Caso promovam alterações, a matéria retornará para nova apreciação do Senado. Se confirmarem o texto sem mudanças, a PEC será promulgada pelo Congresso Nacional.

A avaliação da maioria dos senadores é de que o país ganhará uma legislação mais avançada, embora ainda não perfeita, que garantirá maior equilíbrio e independência entre os Poderes Legislativo e Executivo.

A PEC 11/11 foi aprovada em primeiro turno na terça-feira, com um placar de 60 votos favoráveis, nenhum contrário e sem abstenções. Um acordo entre as lideranças partidárias suprimiu o interstício

## Aécio diz que proposta é só o início de uma grande transformação

Aécio Neves afirmou que essas novas regras são apenas o início de uma grande transformação do Parlamento, desejada por grande parte de deputados e senadores desta legislatura. Ele também garantiu que buscará imediatamente o apoio do presidente da Câmara, Marco Maia, para que a PEC seja confirmada pela Câmara o mais rápido possível.

Para o parlamentar, o Senado terá agora garantido seu direito de analisar com atenção e profundidade as MPs. Aécio agradeceu o apoio e as sugestões de inúmeros senadores e destacou a importância de o presidente Sarney ter bancado essa mudança histórica.

Todos os senadores que discutiram a matéria elogiaram o trabalho promovido pelo Senado e encabeçado por Sarney e Aécio. Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou a aprovação da PEC justificando que a proposta aperfeiçoa o equilíbrio e a interdependência entre os Poderes.

## MPs tratam de recuperação de escolas afetadas por desastres

Foi lida ontem no Plenário a medida provisória (MP 530/11) que institui o plano especial de recuperação da rede física das escolas públicas. O objetivo é prestar assistência financeira para a re-



Randolfe Rodrigues (de costas), Requião, Kátia Abreu, Aécio e José Agripino debatem PEC no Plenário

constitucional entre as três sessões de discussão e a votação em segundo turno. Assim, Sarney encerrou a sessão deliberativa, reabrindo-a em seguida e repetindo a operação, para que as três reuniões de discussão pudessem ocorrer rapidamente e a matéria pudesse ser votada em segundo turno após a terceira sessão de discussão, uma obrigatoriedade constitucional.

Pelo texto aprovado, a Câmara passa a ter 80 dias para analisar MPs e o Senado, 30 dias, restando 10 dias para que os

deputados analisem possíveis emendas dos senadores.

A criação de uma comissão mista para julgar a admissibilidade das medidas provisórias foi retirada da PEC para permitir um acordo entre oposição e governo. De acordo com o novo texto, as MPs serão submetidas, em vez disso, às comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. No entanto, em caso de rejeição, haverá possibilidade de recurso ao Plenário da respectiva Casa.

## Simon elogia decisão, mas afirma ser preciso acabar com as MPs

Embora classificando a aprovação da PEC 11/11 como uma das mais importantes do Congresso desde a Assembleia Nacional Constituinte, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que seria melhor que as MPs não existissem, por as considerar “figura típica” do parlamentarismo e não do presidencialismo.

– O escândalo [o instituto das MPs] continua de pé, e um dia nós vamos derrubá-la – afirmou Simon.

Em nome do PP, a senadora Ana Amélia (RS) registrou seu apoio irrestrito à PEC e disse que “o Senado tomou uma decisão importante recuperando uma das prerrogativas em decisões importantes e tentando, através disso, mitigar o desequilíbrio de forças entre os Poderes”.

Wellington Dias (PT-PI) parabenizou Sarney e Aécio e também o líder do PT, Humberto Costa (PE), por auxiliar nas negociações e debates.

## Malta acha “brilhante” a proposta e prevê relacionamento melhor

Magno Malta (PR-ES) cumprimentou o presidente do Senado pela autoria da PEC e também o relator, Aécio Neves. Classificando de “brilhante” o projeto de Sarney, ele considerou que as alterações contidas na PEC possibilitarão um melhor respeito no relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Aécio destacou o fato de a PEC permitir a recuperação das prerrogativas do Congresso em seu relacionamento com o Executivo. Em sua avaliação, a partir da aprovação da matéria na Câmara, tal como feito no Senado, haverá maior tempo para se discutir e emendar medidas provisórias.

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou os senadores da base do governo pela concessão feita no sentido de admitir a redução do prazo de vigência das MPs. De acordo com ele, caso não existisse a disposição do governo em ceder, o acordo não teria sido possível.

## Walter Pinheiro elogia a aprovação do novo marco de TV por assinatura

A aprovação pelo Plenário do Senado do projeto de lei da Câmara (PLC 116/10), que estabelece um novo marco regulatório para a televisão por assinatura foi destacada ontem por Walter Pinheiro (PT-BA). Ao encerrar a reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que presidiu, o senador disse que o projeto complementa a nova política industrial

do governo, assim como o Plano Nacional de Banda Larga.

– Não é uma matéria de interesse do governo, mas da sociedade e da economia – avaliou Pinheiro, que foi relator do projeto e lembrou a grande participação da sociedade na discussão da proposta. Ele foi apoiado por Delcídio do Amaral (PT-MS), que também considerou “muito importante” a aprovação do projeto.

## Aloysio critica ministro por dizer que Dilma só tentará reeleição “se estiver bem”

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez duras críticas em Plenário ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* disse que a presidente Dilma Rousseff será candidata à reeleição em 2014 “se estiver bem e se tiver o desejo de concorrer”. Nessa situação, segundo o ministro, “muito dificilmente ele [Lula] será postulante”.

– Sua afirmação beira a deslealdade com quem o nomeou ministro das Comunicações – disse o senador ontem.

O parlamentar lembrou que, com a existência da reeleição, o chefe do Executivo é candidato natural ao cargo.

Em aparte, associaram-se ao discurso Pedro Taques (PDT-MT) e Cyro Miranda (PSDB-GO). Eduardo Suplicy (PT-SP) citou pontos comuns entre PT e PSDB.



Aprovada pela CAS, proposta que vai à CAE para votação terminativa tem o objetivo de minimizar as perdas dos rendimentos de inativos e pensionistas da Previdência Social

## Aposentado pode ficar isento de IR a partir de 60 anos

OS APOSENTADOS E pensionistas pelo Regime Geral de Previdência Social poderão deixar de pagar o Imposto de Renda a partir do mês em que completarem 60 anos. O projeto de lei (PLS 76/11), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será agora analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se aprovada, a matéria seguirá logo para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação pelo Plenário.

Segundo a autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS), o objetivo é “contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas, que têm visto seus rendimentos sendo achatados ano a ano”.

Ao justificar a necessidade do projeto, a senadora explicou que o reajuste do salário mínimo tem sido sistematicamente maior que o dos benefícios da Previdência. O resultado, de acordo com Ana Amélia, é que, atualmente, “nada me-



Ana Amélia, autora da iniciativa, conversa com o relator, João Vicente Claudino

nos que 69% dos benefícios já estão nivelados pelo piso e, em poucos anos, “todos eles estarão valorados, no piso, pelo salário mínimo”.

Em seu parecer pela aprovação da proposta, o relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), concordou com os argumentos de Ana Amélia. O parlamentar ressaltou “estar convicto da validade e relevância das

mudanças pretendidas”.

João Vicente lembrou ainda que aposentados e pensionistas com mais de 65 anos já estão contemplados com tratamento tributário diferenciado, que lhes concede, em última instância, “um aumento de renda”. Segundo o senador, aos 60 anos de idade, “já estão presentes as condições que justificam a isenção propugnada”.

## Vanessa vai pedir a Dilma que garanta aumento real

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pretende mandar uma carta à presidente Dilma Rousseff pedindo que seja garantido ganho real nas remunerações dos aposentados e pensionistas. Para ela, o veto presidencial ao artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estipula esse ganho real não significa que ele não será concedido.

– Quero crer que o veto tenha sido feito por questões técnicas, só isso – afirmou a senadora.

Na avaliação da parlamentar, o aumento real pode ser pago se houver uma diminuição nos gastos com juros para a rolagem da dívida pública.

Ela afirmou que, para uma dívida que alcança 59% do produto interno bruto (PIB) do país, os juros chegam a 5,5% desse PIB. Para efeito de comparação, ela apresentou os números relativos à dívida pública e ao gasto com juros em relação ao PIB de vários países, como Portugal, 93% e 3%; Estados Unidos, 62% e 1,4%; e França, 82% e 2,2%.

## Paim lamenta veto a reajuste acima da inflação

Paulo Paim (PT-RS) se disse decepcionado pelo fato de a presidente Dilma Rousseff ter vetado o dispositivo da LDO que previa reajuste com ganho real para os aposentados que percebem mais de um salário mínimo.

– Infelizmente essa matéria foi vetada. Tínhamos fechado acordo sobre esse tema. Faltou sensibilidade política sobre esse tema – lamentou o senador, ao lembrar as negociações entre governo, centrais sindicais, parlamentares e representantes dos aposentados que culminaram no acordo.

Paulo Paim afirmou que a Seguridade Social não é deficitária e que R\$ 40 bilhões dessa área são remanejados para outros fins por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU). O parlamentar disse que mobilizações contra o veto já começam amanhã e vão se estender até o fim do ano.

Em apartes, Lindbergh Farias (PT-RJ) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disseram também não compreender as razões do veto.

## Comissão inicia na terça sabatina de diretores do Dnit

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve sabatar, na terça-feira, os indicados para as duas principais diretorias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit): o general Jorge Ernesto Pinto Fraxe, para diretor-geral, e Tarcísio Gomes de Freitas, auditor da Controladoria-Geral da União (CGU), para diretor executivo.

Os relatórios com o exame das qualificações dos indicados foram lidos ontem. Na reunião desta quarta, chegou a ser lido o relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre a indicação de outro diretor, Paulo de Tarso Campolina de Oliveira, mas sua sabatina ainda

não está agendada. Hoje, às 9h, a comissão, presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), volta a se reunir para dar seguimento à leitura dos relatórios que tratam de outras indicações para o Dnit (ao todo, são sete novos diretores).

Dilma Rousseff decidiu pela tro-

ca do comando do órgão no início do mês, na sequência de denúncias de superfaturamento e de suposto esquema de cobrança de propina que levaram à demissão do então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, além de outros 27 funcionários da pasta.



Senadores Walter Pinheiro (E), Cyro Miranda e Delcídio do Amaral durante a leitura dos relatórios sobre o Dnit

## Kátia diz que ONGs controlam órgãos ambientais do governo

Kátia Abreu (DEM-MT) disse que as ONGs ambientalistas “capturaram os órgãos de meio ambiente do país”. Ela afirmou que Ibama, Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e Ministério do Meio Ambiente não são mais órgãos republicanos, pois defenderiam interesses parciais, e não da sociedade.

– Estão capturados totalmente os funcionários do segundo, do terceiro, do quarto, do quinto escalões, são todos ex-funcionários das ONGs do país – disse.

A senadora apresentou sugestões para aperfeiçoar o



Moreira Matiz/Senado Federal

Para a senadora, funcionários de todos os escalões vieram de ONGs

projeto do Código Florestal, que, a seu ver, apesar de “interessante para o Brasil”, peca pela falta de transparência em alguns aspectos.

## Ferraço defende debate técnico sobre novo código

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu discussões científicas em torno dos principais pontos de discordância entre ruralistas e ambientalistas no projeto do Código Florestal (PLC 30/11).

Para o senador, a comunidade científica poderá oferecer importantes subsídios que possibilitem uma melhor redação para o projeto, sobretudo no que se refere à liberação de atividades produtivas em áreas de preservação permanente (APPs) e à definição das formas adequadas para recomposição de reserva legal.



Gerardo Magela/Senado Federal

Ferraço: é preciso regularizar certas atividades em áreas frágeis

– É hora de um debate técnico, racional. Produção e preservação são áreas que têm de se somar para a construção de um Brasil mais desenvolvido – disse, admitindo a regularização de certos tipos de atividades agrícolas em áreas ambientalmente frágeis, tais como encostas e margens de rios.

## Futuro promissor para petróleo e gás na Amazônia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que a extração de petróleo e gás na Amazônia poderá beneficiar a região de maneira significativa. Ela comunicou sua participação no seminário As Perspectivas Exploratórias de Petróleo e Gás no Estado do Amazonas, em Manaus.

Embora com tímida participação na produção nacional de petróleo (2,5%), o Amazonas já produz 19% do gás natural, e ambos os índices devem aumentar, disse a senadora. Para ela,



Luiz Alves/Senado Federal

Vanessa Grazziotin participou de seminário sobre o tema em Manaus

o Brasil não pode se acomodar devido às grandes reservas no pré-sal, e sim continuar investindo em pesquisas e capacitação.

O seminário foi promovido pela Subcomissão Permanente da Amazônia, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo e o governo do Amazonas.

## Serviços essenciais durante greve no setor público

A definição dos serviços ou atividades essenciais para os fins do exercício do direito de greve do servidor público foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue agora para análise, em decisão terminativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Aprovado na forma de substitutivo, o projeto de lei (PLS 83/07) de autoria de Paulo Paim (PT-RS) determina que devem permanecer em funcionamento, em escalas de plantão, os serviços de urgência médica; distribuição de medicamentos de uso contínuo; necropsia, liberação de cadáveres e exame de corpo de delito; atividades policiais relacionadas à segurança pública, penitenciária e periciais; e, por último, controle de tráfego aéreo.

A proposta estabelece ainda que os trabalhadores ligados a esses serviços, necessários à manutenção da vida, ficam responsáveis por organizar escalas de trabalho, de acordo com orientação dos sindicatos das categorias.



## Licença-maternidade poderá ser maior em caso de prematuros

O salário-maternidade para mães de prematuros extremos será concedido durante todo o período necessário ao acompanhamento hospitalar do recém-nascido, sem prejuízo do período de licença à gestante. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deve seguir agora para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto de lei (PLS 241/10), de autoria da então senadora Marisa Serrano, estabelece ainda que, nos 120 dias de afastamento previstos na Constituição, a segurada fará jus a recebimento de benefício equivalente ao valor do salário de contribuição.

A ex-parlamentar lembrou que recentemente o Congresso ampliou a licença-maternidade de 120 para 180 dias, de forma facultativa. Segundo ela, no caso de prematuros extremos, é necessário um tratamento

diferenciado, dando às mães "condições para interferir positivamente e efetivamente no desenvolvimento do bebê".

O projeto altera a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Em seu parecer, o relator Paulo Paim (PT-RS) afirma que o tema é de "extrema sensibilidade e interessa diretamente às mulheres, como mães, e a toda a sociedade". Além disso, para ele, "eventuais custos da concessão desse benefício são ínfimos em relação aos resultados positivos passíveis de serem obtidos em termos de saúde e educação".

Para Paim, está "claro que o ser humano nascido prematuramente tem direito, primeiro, à própria sobrevivência, e fica evidente que, nesse período de fragilidade, a presença da mãe não é só um direito da criança, mas dever do Estado no interesse de toda a sociedade".

## Fim de alta programada de segurado passa em comissão

O Regime Geral da Previdência Social poderá ser alterado para vedar à perícia médica a fixação de prazo de recuperação da capacidade para o trabalho, sem a realização de nova perícia. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, e deverá seguir agora para análise da Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

A autora do projeto (PLS 14/11), senadora Ana Amélia (PP-RS), argumenta que a medida é necessária para inibir o "poder regulamentar do Poder Executivo em conceder e cessar benefícios previdenciários decorrentes de doença".

A proposta trata especificamente do mecanismo conhecido como "alta programada", instituído pelo Decreto 5.844/06. Esse dispositivo permite que o

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) estabeleça, mediante avaliação médico-hospitalar, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho do segurado, dispensada, nessa hipótese, a realização de nova perícia.

Segundo Ana Amélia, em alguns casos a medida pode até se justificar, mas generalizar a regra pode implicar injustiças, fazendo com que o segurado tenha seu "benefício suspenso com base num simples prognóstico ou expectativa de melhora com a consequente alta médica, sem nenhuma avaliação posterior".

Para o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), o alcance social da proposição "é mais que justificável, pois não se pode aplicar uma regra geral em face das restrições de atendimento apresentadas pela perícia médica do INSS".

## Benefício previdenciário para quem contribuiu por 15 anos

O trabalhador que tiver contribuído com a Previdência Social por período mínimo de 15 anos poderá manter a condição de segurado, por tempo indeterminado e independentemente de novas contribuições, para fins de concessão da pensão por morte. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto (PLS 42/10) altera a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Por essa norma, caso não haja novas contribuições, o prazo máximo em que o sistema mantém o segurado nessa condição é de dois anos.

A única exceção são os casos de concessão da pensão por morte aos sucessores do segurado que, à época do seu falecimento, já reunia as con-

dições para a aposentadoria.

Para evitar um impacto financeiro excessivo sobre o caixa da Previdência, o relator da proposta, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), apresentou uma emenda explicitando que as pensões concedidas em razão da aprovação da nova lei não serão pagas retroativamente, mas sim a partir de sua concessão.

O projeto garante que o trabalhador segurado da Previdência Social por um período de 15 anos tenha ao menos a tranquilidade de saber que seus dependentes não ficarão à míngua no caso de seu falecimento, destacou Casildo Maldaner, em seu parecer.

Durante a discussão da matéria, o senador Casildo Maldaner afirmou que o projeto aprovado é uma grande conquista na área da contribuição social.

Decisão terminativa da comissão deve ser agora examinada pelos deputados e equipara este trabalhador aos demais, que já têm assegurado o benefício social

## CAS aprova salário-família para empregado doméstico

COMO OS DEMAIS trabalhadores, o empregado doméstico poderá passar a ter direito a salário-família mensalmente, na proporção do número de filhos. É o que prevê PLS 191/11, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados.

A atual lei de Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91) garante salário-família aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, porém exclui, de forma explícita, o empregado doméstico. Estabelece ainda que o benefício seja pago mensalmente na proporção do número de filhos ou aqueles equiparados a eles, como enteado e menores tutelados.

A relatora Ângela Portela (PT-RR) ressaltou a necessidade



Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Jayme Campos

de se dar tratamento isonômico a todos os trabalhadores. Segundo destacou, os empregados domésticos também contribuem com a Previdência e não têm assegurado o direito ao salário-família, como os

demais trabalhadores.

Ao justificar a proposta, a autora destacou que a concessão do salário-família ao empregado doméstico contribuirá para que os profissionais optem por sair da informalidade. Assim, observou, a contribuição à Previdência Social vai aumentar, e o empregado passará a usufruir os direitos sociais, como férias, 13º salário, vale-transporte e salário mínimo.

– Estaremos fazendo justiça social e inclusão trabalhista a milhões de trabalhadores domésticos, ou seja, ajudando a decretar a Lei Áurea no emprego doméstico brasileiro – disse Lídice, ao considerar a atual situação um paradoxo.

Lídice da Mata informou ainda que o valor atual do salário-família para quem ganha até R\$ 573,58 é de R\$ 29,41. Já para quem recebe entre R\$ 573,58 e R\$ 862,11 é de R\$ 20,73.



A relatora Ângela Portela (E), ao lado de Ana Rita e Ana Amélia: tratamento isonômico a todos os trabalhadores

## Projeto facilita recolhimento de FGTS por patrão

A CAS também aprovou ontem outro projeto que beneficia o empregado doméstico. O PLS 535/09, do senador Paulo Paim (PT-RS), simplifica o pagamento, hoje facultativo, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo empregador, num único formulário de recolhimento de contribuições sociais, via internet.

Como o que foi aprovado ontem foi um texto com emendas, apresentado pelo relator Casildo Maldaner (PMDB-SC),

o projeto ainda precisará ser votado em turno suplementar na CAS, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto aprovado, a Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão fixar regulamentação conjunta para a inscrição e o recolhimento das contribuições sociais e do FGTS por parte do empregador e do empregado. Além disso, o projeto estabelece a possibilidade da inscrição do doméstico por

seu empregador ser feita via internet, utilizando apenas o CPF do empregado.

Para o senador Paulo Paim, a medida vai eliminar obstáculos burocráticos e, assim, estimular empregadores a contribuírem com o FGTS de seus empregados. De acordo com ele, a iniciativa é fruto de uma sugestão de um empregador que, diante dos entraves, preferiu abrir uma caderneta de poupança para sua empregada doméstica em vez de recolher o FGTS.

## Audiência discutirá uso do nome Cruz Vermelha

A CAS fará audiência pública para averiguar o uso da denominação Cruz Vermelha por entidades que administram hospitais no país. A reunião, aprovada ontem, foi pedida por

Cícero Lucena (PSDB-PB), em razão de denúncias da imprensa de que a Cruz Vermelha administra o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa (PB), além de instituições de saúde em outros estados, como o Maranhão e o Distrito Federal.

– Não acho justo uma instituição internacional como a Cruz Vermelha ter seu nome

utilizado por outras entidades. Por que usam o nome, manipulando o nome da Cruz Vermelha? – questionou.

Lucena sugeriu que sejam convidados para o debate o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o presidente da Cruz Vermelha Nacional, Walmir Moreira Serra; e os secretários de Saúde do Distrito Federal, do Maranhão e da Paraíba.

A comissão também aprovou que o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, seja convidado a apre-

sentar o relatório de atividades da agência em 2010. A iniciativa foi de Humberto Costa (PT-PE), que pede esclarecimentos sobre a demora de processos.

Já Waldemir Moka (PMDB-MS) propôs que Barbano fale sobre o quadro de servidores. Segundo Moka, funcionários da entidade informaram que a Anvisa está com menos de 50 servidores, o que pode justificar a demora nos processos.

A CAS também aprovou requerimento de Paulo Davim (PV-RN) para audiência pública sobre saúde suplementar.



Polêmico projeto que integra pacote de medidas da reforma política divide senadores na comissão. Relator Aloysio Nunes deu parecer contrário

# CCJ adia decisão sobre financiamento público

FICOU PARA A próxima quarta-feira a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto que estabelece o financiamento público exclusivo de campanha. Depois de intenso debate, o prazo foi solicitado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) visando à construção de critérios para distribuição igualitária de recursos entre os candidatos.

O projeto (PLS 268/11) foi apresentado pela Comissão de Reforma Política e, na CCJ, recebeu voto contrário do relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Para manter a proposta, o senador José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado.

O texto prevê que, em anos de eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) receberá recursos equivalentes ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior multiplicado por R\$ 7, a serem aplicados nas campanhas eleitorais conforme critérios definidos pelos partidos. Ainda de acordo com o texto, as doações a parti-

dos políticos ficam proibidas em anos eleitorais.

Simon apoiou a adoção do financiamento público, mas sugeriu mudança no artigo que dá aos partidos autonomia para distribuir os recursos, defendendo a fixação de regra para que seja dada igualdade aos candidatos.

– Se vamos colocar [os recursos públicos para campanhas] na mão dos partidos para que eles façam o que quiser, é uma piada – disse Simon.

Já Aécio Neves (PSDB-MG) lembrou que fixar critérios a serem seguidos pelos partidos fere norma constitucional que prevê autonomia das legendas. Por causa desse risco, Simon sugeriu a formação de um grupo de senadores para propor uma alternativa, estabelecendo regra para uso da verba de campanha e retirando a decisão da direção das legendas.

## Caixa dois

Ao defender seu voto contrário, Aloysio Nunes alegou que os recursos previstos no projeto



Simon (E) pede o adiamento, em busca de fórmula que assegure distribuição igualitária dos recursos entre os candidatos

para financiar as campanhas eleitorais ficarão bem abaixo do que foi gasto nas últimas eleições, abrindo ainda mais o interesse para a formação de caixa dois.

Pimentel concorda que o financiamento público não é

uma “fórmula mágica” capaz de acabar com o caixa dois, mas afirma que ajudará a combater tal prática.

Ao defender o voto em separado, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o financiamento público é um dos mais impor-

tantes mecanismos para conferir igualdade aos candidatos. Para o senador, o custo das campanhas hoje dificulta candidaturas de pessoas de poucas posses e, por outro lado, favorece a eleição dos mais ricos ou daqueles com ligação com o poder econômico.

## Cyro alerta que governo tenta esconder fatos

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a “corrupção endêmica” no governo Dilma Rousseff. Após lembrar denúncias de irregularidades em diversos ministérios, o senador afirmou que não é possível “empurrar o lixo para debaixo do tapete” e tentar diminuir a importância dos escândalos.

Para ele, as demissões recentes tiveram a intenção de silenciar os protestos da oposição. O senador considera que o governo tem de agir antes que a imprensa denuncie.

– Se o governo Dilma não quiser ser capturado por esse mal e se tornar altamente ineficiente, terá de agir de forma antecipada e não a reboque da imprensa – defendeu.



Para Cyro, “corrupção é endêmica”



Mário Couto quer denúncias apuradas

## Mário Couto pede criação da CPI da Corrupção

O senador Mário Couto (PSDB-PA), em discurso ontem, cobrou a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção no governo. Ele disse que o Brasil perde, hoje, R\$ 69 bilhões com a corrupção.

– Esse dado é estarrecedor. Nós precisamos estancar a corrupção. Nós, senadores, temos que dar o exemplo – disse.

Ele lamentou que o Senado tenha deixado de criar uma CPI para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) porque um senador desistiu de assinar o requerimento para a sua criação, que precisa de 27 assinaturas.

## Para Cristovam, Brasil é “fábrica de corrupção”

Cristovam Buarque (PDT-DF) enumerou diversos fatores que fazem o Brasil ser o que ele classificou de “uma fábrica de corrupção”.

– Há outros no mundo também, mas somos um dos mais fortes fabricantes de um quadro social que leva, tolera e até incentiva a ser conivente com a corrupção – asseverou.

O senador afirmou que o Brasil não se acostumou ao rigor, à tolerância zero com a corrupção. Lembrou que a própria cultura do país valoriza a “tendência a fabricar corrupção”:

– Nos orgulhamos do jeitinho, que em geral é uma pequena malandragem, que de certa maneira foge às regras estabelecidas – disse Cristovam.



Cristovam: “jeitinho” ainda prevalece



Casildo defende apuração rigorosa

## “País não pode viver sob o vulto da impunidade”

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o Brasil não pode mais viver sob o “vulto maléfico da impunidade”. O senador afirmou que a investigação de denúncias de corrupção e malversação de recursos públicos não deve ficar restrita a ações do Executivo ou à formação de CPIs que paralisam o Congresso. Ele lembrou que, para tanto, existem órgãos federais de fiscalização como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF).

– Juntos, eles têm a missão de zelar pelos interesses do cidadão, pelo bom uso do dinheiro público – frisou.

## Ações de Dilma são corajosas, diz Paulo Davim

Em pronunciamento em Plenário anteontem, o senador Paulo Davim (PV-RN) manifestou apoio à atitude – que chamou de corajosa – da presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção em seu governo.

O senador disse admirá-la por possibilitar, em sua opinião, a apuração dos fatos e a responsabilização dos culpados.

Paulo Davim classificou a corrupção como “chaga nacional”.

– Acredito no meu país e em homens e mulheres públicos que, como eu, sonham com a verdadeira democracia – disse.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) apoiou o colega e anunciou para a próxima terça-feira uma audiência pública que tratará de corrupção.



Davim: corrupção é “chaga nacional”

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Marta Suplicy • Anibal Diniz • José Sarney • Wilson Santiago • Ataídes Oliveira • João Vicente Claudino

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Marcio Maturana, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Identidade terá que ser renovada a cada 20 anos

Projeto que estabelece prazo de validade para as carteiras de identidade foi aprovado ontem pela CCJ e segue agora para sanção presidencial. De acordo com o PLC 188/10, as carteiras facultativas, para menores de 18 anos, valerão por até 10 anos. Já as obrigatórias, a partir dos 18 anos, serão compulsoriamente renovadas depois de 20 anos.

A proposta muda lei de 1983 para definir que a identificação é direito da pessoa e dever do Estado, sendo facultativa a partir dos 8 anos de idade e exigível depois dos 18 anos. O texto também distingue documentos de identificação primários, como as carteiras de identidade, e documentos de identificação secundários, como as identificações funcionais ou profissionais.

O secundário pode servir como primário desde que contenha número de identificação primária, nome completo, assinatura e impressão digital. Fica garantida a gratuidade da expedição da primeira via de documento primário.

## Geovani elogia campanhas para registro de filhos



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou o esforço da Justiça em vários estados na realização de campanhas para reduzir o número de crianças e adolescentes sem o registro do pai na certidão de nascimento.

– De acordo com o Censo Escolar 2009, há em torno de 5 milhões de alunos matriculados na rede escolar sem o nome do pai na certidão – informou o senador, que citou o bom exemplo da campanha Pai Presente, da Corregedoria Nacional de Justiça.

Para o senador, registrar um filho preenche uma lacuna moral e um vazio emocional.

– Além do problema psicológico, esse indivíduo pode ter problema em questões sucessórias como o recebimento de heranças ou pensões.



Eduardo Braga defende efetivo policial proporcional à população

Relator de projeto aprovado pela CCJ afirma que “os agentes públicos diretamente envolvidos no combate à criminalidade ou à improbidade administrativa não podem ser intimidados pelos que são alvo da investigação”

# Punição mais rigorosa a quadrilha que tem objetivo de atacar policiais e juizes

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que tipifica a formação de quadrilha que tenha o objetivo de cometer crime contra agente público que atua em investigação policial, processo penal ou processo administrativo. O texto prevê que os condenados estarão sujeitos a penas de dois a seis anos de reclusão.

O projeto (PLS 276/11), do senador Pedro Taques (PDT-MT), recebeu o apoio do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), para quem “os agentes públicos diretamente envolvidos no combate à criminalidade ou à improbidade administrativa não podem ser intimidados pelos que são alvo da investigação”.

Dessa forma, ele concorda que a lei penal ofereça tratamento mais rigoroso ao crime de quadrilha ou bando praticado contra representantes do Estado responsáveis por investigar e punir os ilícitos penais e administrativos. Na semana passada, em Niterói (RJ), a juíza Patrícia Acioli foi assassinada com 21 tiros. Ela cuidava de pro-



Durante a reunião, o autor do projeto, Pedro Taques, entre Flexa Ribeiro e Aloysio, conversa com o relator, Demóstenes Torres

cessos envolvendo membros de milícias e já havia determinado a prisão de policiais militares envolvidos com esses grupos.

Demóstenes lembra que crimes “contra juizes, promotores, delegados, fiscais e outros agentes públicos que apuram ilícitos atinge o núcleo do Estado”, uma vez que esses agentes representam a autoridade pública.

O senador apresentou emenda para também prever agravamento de pena no caso de formação

de quadrilha ou bando praticado por servidores públicos que se utilizam dessa condição. Demóstenes também modificou o projeto para trocar a expressão “agente público” por “funcionário público”, adequando-o à terminologia utilizada no artigo 327 do Código Penal.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), adiou para a próxima semana o exame do PLS 93/11, que prevê a criação de um banco de DNA de condenados por crimes violentos, que

alimentará a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, como forma de agilizar o trabalho da Justiça na elucidação dos crimes.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propondo audiência pública para discutir a PEC 53/07, que extingue o instituto do terreno de marinha – faixa de terra ao longo da costa brasileira definida como bem da União conforme norma constitucional.

## CCJ vai analisar emendas a projeto que “esconde” juiz

O Plenário aprovou ontem, em turno suplementar, o projeto (PLC 3/10) que autoriza a formação de um colegiado de juizes para decidir sobre atos processuais que envolvam organizações criminosas. A proposta retornou para a CCJ, que analisará as nove emendas inseridas em Plenário.

A iniciativa havia sido aprovada em primeiro turno em abril e ganhou destaque esta semana após o assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, no Rio de Janeiro. A juíza se notabilizou pelo rigor com que decidiu casos de policiais acusados de envolvimento com milícias.

A ideia é proteger os magistrados ao permitir a formação de um colegiado de juizes para deliberar sobre decretação de prisão, sentença, liberdade condicional ou provisória e transferência de preso, sempre que o crime tenha sido cometido por integrantes do crime organizado.

## Plebiscito sobre abrigo a condenados estrangeiros

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou um projeto de decreto legislativo determinando plebiscito junto às eleições de 2012 com a seguinte pergunta: “Você é favorável a que o Brasil conceda abrigo em nosso território a cidadão estrangeiro condenado pela Justiça de seu país por crime comum de natureza grave?”. A proposta, afirmou, teve como inspiração o caso Cesare Battisti, que, condenado na Itália, recebeu abrigo no Brasil.

– Ao apagar das luzes de seu governo, o ex-presidente Lula, ao arrepio da consciência nacional e de decisão do STF, optou por conceder abrigo àquele criminoso comum – disse Bauer.



Paulo Bauer

## Lindbergh diz que morte de juíza traz lições

Lindbergh Farias (PT-RJ) homenageou a juíza Patrícia Acioli, assassinada na quinta-feira passada. O senador enumerou 21 lições que podem ser aprendidas com a morte da magistrada, como a “luta incansável e corajosa contra a brutalidade de alguns policiais e também da violência do estado” e a inconformidade com a desigualdade no acesso à Justiça.

– Precisamos aprimorar as instituições encarregadas da distribuição da justiça, em especial a polícia. É preciso olhar menos para os desvios individuais e mais para os padrões institucionais e as responsabilidades superiores.



Lindbergh Farias

## General Gomes de Mattos é aprovado para o STM

A indicação do general de exército Luis Carlos Gomes de Mattos para ministro do Superior Tribunal Militar (STM) foi aprovada pelo Plenário, por 40 votos a 15. Ele já havia sido aprovado em sabatina na CCJ, pela manhã, por 9 votos a 3.

General de exército desde

2008, Gomes de Mattos, 64 anos, está à frente do Comando Militar da Amazônia. Foi indicado para a vaga aberta com a saída do também general de exército Renaldo Quintas Magioli.

O STM é composto por 15 ministros vitalícios, sendo cinco civis e dez provenientes das For-

ças Armadas. As indicações são feitas pela Presidência da República e aprovadas pelo Senado.

Na sabatina, os senadores indagaram ao general temas como a Comissão da Verdade, homossexualismo nas Forças Armadas e os recentes protestos de bombeiros do Rio de Janeiro.

## Comissão Temporária de Segurança adota plano de trabalho

A Comissão Temporária de Segurança Pública aprovou ontem plano de trabalho com o objetivo de acompanhar os programas e projetos relativos à Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), a ser implantada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2.

A comissão temporária é presidida pelo senador Eduardo

Braga (PMDB-AM) e tem como relator o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Taques disse que o plano Nacional de Segurança Pública, criado em 2000, pretende buscar a integração de políticas de segurança com políticas sociais e comunitárias. O parlamentar informou ainda que foi criada Subcomissão de Segurança Pública vinculada à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para sistematizar os diversos projetos existentes na Casa sobre o tema, selecionando-os para garantir-lhes efetividade.

Durante a reunião, foi aprovado requerimento para ouvir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na próxima quinta-feira, especialmente sobre os recursos destinados à

segurança pública. A ideia do relator é realizar diversas audiências públicas para subsidiar o relatório final a ser apresentado ao Ministério da Justiça e órgãos governamentais.

Eduardo Braga, apresentou diversas sugestões a serem acrescentadas ao plano, entre elas a criação de um padrão para o efetivo policial do país que seja proporcional à população.



Em 2009, investimentos federais no setor educacional foram de 0,98% do PIB, enquanto investimentos dos estados chegaram a 2,05% e a participação dos municípios foi equivalente a 1,95%, segundo secretário de Educação de Goiás

## Representante de secretários pede mais verbas da União no ensino básico

MAIOR PARTICIPAÇÃO DA União no financiamento da educação básica foi reivindicada ontem, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O apelo partiu do representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Thiago Mello Peixoto da Silveira, que citou investimentos federais no setor educacional em 2009 de R\$ 36,7 bilhões – apenas 0,98% do produto interno bruto (PIB).

Naquele ano, os gastos de estados e municípios com educação chegaram a R\$ 74,4 bilhões e a R\$ 70 bilhões, respectivamente. Isso representou uma participação dos estados equivalente a 2,05% do PIB e, dos municípios, a 1,95% do PIB.

Thiago considera que, mais do que ampliar os investimentos em educação de 5% para 7% do PIB, é fundamental a União passar a contribuir com a remuneração dos professores.

– O cumprimento da Lei do Piso Nacional dos Professores ficou responsabilidade exclusiva de estados e municípios, e eles não têm condição de financiar isso – reclamou Thiago, que também é secretário de Educação de Goiás.

Cristovam Buarque (PDT-DF) explicou que sua proposta de federalização da educação básica inclui a construção de escolas especiais em algumas cidades dotadas de equipamentos modernos, horário integral e professores com salário em torno de R\$ 9 mil.

– Fazer isso custaria 6,4% do PIB, menos do que o governo está propondo no Plano Nacional de Educação – comentou Cristovam.

Representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Secretaria do Tesouro Nacional, apesar de convidados,

não compareceram. A ausência foi criticada por Cristovam, Thiago, Cyro Miranda (PSDB-GO) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

A expectativa de Cristovam era de que os técnicos do gover-

no respondessem, por exemplo, a resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que revelou desvios e desperdícios na aplicação de recursos do FNDE em alguns municípios.



Paulo Bauer (C) critica a ausência de técnicos do FNDE e da STN na audiência pública

## TCU aponta irregularidades na aplicação de dinheiro do FNDE

O Tribunal de Contas da União (TCU) registrou aumento dos gastos federais com educação em relação ao PIB entre os anos de 2006 e 2010. Mas, em auditoria nas contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2009, detectou desvios e desperdícios na aplicação de recursos transferidos a alguns municípios.

Conluio entre licitantes, contratação de serviços a preços

superfaturados, prestação de contas precária ou inexistente das escolas às prefeituras e indícios de fraude na movimentação bancária de programas ligados ao FNDE foram algumas irregularidades reveladas ontem por Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, secretário de Controle Externo do TCU, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo informou, a fiscalização do tribunal sobre o FNDE alcançou 22 municípios e também avaliou os mecanismos de controle social dirigidos ao fundo.

Ao abordar o aumento dos investimentos federais na educação básica, o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Marcelo Barros Gomes, assinalou que participação passou de 0,8% do PIB em 2006

para 1,26% do PIB em 2010. Embora o ensino superior continue liderando a captação de verbas federais para o setor, a educação básica vem avançando na atração desses recursos.

– No início de 2006, para cada real investido na educação básica, R\$ 2,80 eram aplicados na educação superior. Hoje, para cada real na educação básica, R\$ 1,20 vai para a educação superior – destacou Marcelo Gomes.



Senador defende novas universidades

### José Pimentel elogia expansão de escolas técnicas

Em discurso no Plenário, José Pimentel (PT-CE) elogiou o plano do governo de expansão das universidades federais e das escolas técnicas, anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

O parlamentar informou que a intenção do governo federal é criar quatro universidades, uma delas no Pará, o que para José Pimentel é prova de que o governo não discrimina ninguém, já que o estado é governado pelo PSDB. O senador lembrou que o Ceará vai receber uma universidade e a Bahia, duas.

Ele disse também que o governo pretende implantar 120 escolas técnicas em todos os estados, independentemente do partido.

– Somos uma nação que sabe respeitar a vontade do eleitor – afirmou o senador.

### Pinheiro destaca crescimento da rede de educação

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou em Plenário o lançamento do plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica, anunciado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

– Que a gente permita que esses *campi* se aproximem do sertanejo e possam ocupar cada vez mais espaço na Bahia, levando desenvolvimento, ampliando o conhecimento, estimulando a economia – afirmou o senador, que destacou o anúncio de duas novas universidades federais em seu estado.

Para o parlamentar, a ampliação no número de escolas técnicas e universidades é uma forma de preparar mais pessoas para o mercado de trabalho. Ex-aluno da Escola Técnica Federal da Bahia, Walter Pinheiro atribuiu à instituição sua formação de caráter e profissional e relatou que foi lá que começou sua vida política.

### Wilson Santiago comemora novos cursos na Paraíba

Wilson Santiago (PMDB-PB) comemorou o anúncio feito pelo governo da expansão da rede federal de universidades e institutos de educação profissional e tecnológica. Ele destacou que o número de alunos atendidos na Paraíba e em outros estados crescerá de modo significativo.

O senador ressaltou que seu estado ganhou nove unidades com cursos profissionalizantes de segundo e terceiro grau. Ainda segundo Wilson Santiago, o ministro da Educação, Fernando Haddad, informou que em breve ocorrerá a ampliação de *campi* universitários a vários municípios paraibanos.

– A Paraíba se sente contemplada com a decisão da presidente Dilma e a agradece muito por ter atendido as reivindicações do estado, dos deputados e senadores no sentido de ampliar o ensino profissionalizante no estado, estendendo até ao terceiro grau – disse o senador.



Flexa: 30 municípios beneficiados

### Flexa saúda nova universidade federal no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também comentou a autorização pela presidente Dilma Rousseff para a criação de quatro novas universidades federais, entre as quais a do sul e sudeste do Pará, com sede em Marabá, a quarta no estado, e lembrou sua luta no Senado pela expansão do ensino superior.

– Quero parabenizar a todos os amigos dessa região do Pará, pois vai beneficiar mais de 30 municípios que fazem parte dessa mesorregião do meu estado – disse.

No mesmo discurso, Flexa Ribeiro apresentou sua solidariedade à família da juíza Patrícia Acioli, morta a tiros na semana passada. Ele afirmou que fazem falta no Brasil pessoas com a coragem da juíza para enfrentar o crime organizado.

## Projeto facilita trabalho de adolescentes

Proposta para facilitar o trabalho de adolescentes carentes a partir dos 14 anos que precisem contribuir para o sustento de suas famílias foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue agora para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

O PLS 352/08 determina prioridade na concessão de vagas para aprendizagem, nos programas de formação técnico-profissional, aos adolescentes, em três situações: de risco social e pessoal; em cumprimento de medidas socioeducativas; e em cujas famílias sejam atendidas pela assistência social, devido à sua condição econômica.

O texto modificado pela relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), define ainda que o adolescente aprendiz matriculado em curso de formação exclusivamente teórica dos serviços nacionais de Aprendizagem ou entidades similares passará a receber uma bolsa, que poderá ser custeada pelo poder público ou pela iniciativa privada.

A proposta original, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), pretendia alargar o sentido da aprendizagem juvenil para permitir o trabalho aos adolescentes.

## Registro para os tecnólogos em Administração

Os conselhos regionais de Técnicos de Administração (CRA) passarão a reconhecer e a fazer o registro de tecnólogo em Administração, segundo proposta aprovada ontem na CAS em decisão terminativa da comissão e enviada para exame da Câmara dos Deputados.

O Conselho Federal de Técnicos em Administração já aprovou o registro da profissão em 2009, como explicou o autor da proposta, o então senador Sérgio Zambiasi. No entanto, destacou, os CRAs ainda não realizam o registro por não existir prévia autorização legislativa, como prevê a Constituição.

A proposta (PLS 171/10) inclui os tecnólogos em Administração na lei que dispõe sobre a profissão de Técnico em Administração (Lei 4.769/65). Assim, os conselhos terão autorização legal para fazer o registro da categoria.

“O presente projeto, portanto, virá sanar essa lacuna legal, possibilitando aos tecnólogos em Administração o exercício pleno de suas funções”, disse Sérgio Zambiasi, ao justificar a proposta.

Em seu parecer, a senadora Ana Rita (PT-ES) destaca o relevante papel econômico e social que desempenham os tecnólogos.